

## O TRÁFICO DO GÊNERO\*

CLAUDIA DE LIMA COSTA\*\*

### Primeiro Cenário

O feminismo, nessa virada do século, constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. Esses discursos, que por sua vez informam e são informados pelas práticas políticas e culturais, têm ancoragem naqueles pontos nodais que são produtos da interseção intrincada das diferenças (de raça, gênero, classe, idade, orientação sexual, etc.). A imbricação dessas diferenças tem dado vazão a uma variedade de feminismos hifenizados (feminismo cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós-estruturalista, do Terceiro Mundo, etc.) que não podem ser cristalizados em uma única posição singular. No entanto, essa heterogeneidade interna não provocou o debilitamento político do feminismo enquanto movimento coletivo contra a dominação. Muito pelo contrário, a “interdependência de diferentes forças”<sup>1</sup> dentro do feminismo assinala sua principal virtude em relação a outros movimentos sociais e discursos, principalmente quando consideramos as articulações que o feminismo constrói entre as variadas posições de sujeito visando objetivos políticos, materiais e culturais específicos.

Por outro lado, porém, a ênfase das teorias feministas na diferença (resposta, no terreno social, das pressões políticas das feministas “de cor” norte-americanas e das feministas lésbicas), conjuntamente com a desconstrução das categorias identitárias (resposta, no terreno epistemológico, da passagem dos paradigmas estruturalista para o pós-estruturalista e do marxista para o pós-marxista), levaram algumas teóricas feministas norte-americanas a declarar que o gênero dissipou-se diante das fraturas de classe, raça, etnia, classe, sexualidade, idade, particularidade histórica e outras diferenças individuais constitutivas da heteroglossia radical pós-moderna.<sup>2</sup> Outras feministas, rebelando-se contra a evaporação da mulher tanto como do gênero – e declarando *post-mortem* ao “pós-feminismo” – puseram-se a escrever livros criticando a emergência, nos anos 90, de um “feminismo sem mulheres”.<sup>3</sup> Há ainda outras pensadoras que, diante de um cenário devastador de corpos voláteis e categorias analíticas esvaziadas – no qual tudo reduz-se a

\* Recebido para publicação em outubro de 1998.

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>1</sup> Termo utilizado por Audre Lorde.

<sup>2</sup> Veja crítica levantada por Susan Bordo contra essa postura teórica. BORDO, S. *Feminism, Postmodernism, and Gender-Scepticism*. In: NICHOLSON, Linda. (ed.) *Feminism/ Postmodernism*. New York, Routledge, 1990.

<sup>3</sup> MODLESKI, Tania. *Feminism Without Women: Culture and Criticism in a “Postfeminist” Age*. New York, Routledge, 1991.

performances paródicas – reafirmam a necessidade de combatermos o atomismo das diferenças, estabelecendo uma identidade positiva e fixa para a mulher através da articulação das diferenças entre as mulheres com as estruturas de dominação que produziram, desde o início, tais diferenças.<sup>4</sup> Finalmente, em ataque fulminante ao marco binário do gênero (e a qualquer noção rubiana de sistema de sexo/gênero), há aquelas outras que, seguindo os passos de Judith Butler através de intrincada – e penosa – topografia filosófica e lingüística, declaram que a categoria sexo foi gênero (entendido como um conjunto de práticas discursivas) desde o princípio, com isso demonstrando que a heterossexualidade é apenas uma “opção” dentre muitas outras manifestações do desejo.<sup>5</sup>

Enquanto esses debates de cunho teórico tomam conta da academia, Estados e agências inter-governamentais nas Américas adotam amplamente o conceito de gênero em suas políticas públicas e programas de desenvolvimento social objetivando promover a “equidade de gênero”. Sonia Alvarez, analisando a entrada do feminismo no Estado durante a “abertura política ao gênero”, por exemplo, argumenta que a crítica feminista à opressão e à subordinação da mulher dilui-se e neutraliza-se nos discursos e práticas de tais instituições.<sup>6</sup> Nas palavras de Alvarez,

[a] pesar del papel innegable que tuvieron los *lobbies* feministas locales y globales en promover las normas internacionales de género que indirectamente inspiran estos modernos discursos estatales “pro-género”, la “incorporación de la mujer al desarrollo” no siempre se inspira en el feminismo. La asidua crítica feminista a la subordinación de las mujeres muchas veces se traduce y tergiversa en las prácticas y discursos del Estado. Como me explicó una oficial de la Alcaldía de Cali: “ahora la cosa cambió, ya no es aquel feminismo radical de los años 70, ahora es perspectiva de género”. Entre algunos funcionarios públicos, “género” parecería haberse convertido en otro término más en el léxico técnico de planificación, un indicador neutro de “modernidad” y “desarrollo”, en vez de un terreno o dominio minado por relaciones desiguales de poder entre mujeres y hombres. (...) Olga Amparo Sánchez [argumenta que] “si la cuestión de las mujeres se diluye con el discurso de género, seguramente muchos hombres y muchas mujeres que no quieren cambiar las situaciones de subordinación se sentirán nuevamente cómodos con el movimiento de mujeres”.<sup>7</sup>

Ao passo que estados e agências inter-governamentais abraçavam o gênero, o Vaticano, durante os preparativos para a Conferência em 1995 sobre a Mulher em Beijing, e temeroso das conseqüências que o uso da palavra

<sup>4</sup> BENHABIB, Seyla. Subjectivity, Historiography, and Politics: Reflections on the Feminism/Postmodernism Exchange. In: BENHABIB, S. et alii (eds.) *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*. New York, Routledge, 1995. FRASER, Nancy. Pragmatism, Feminism, and the Linguistic Turn. In: BENHABIB, S. et alii. Op.cit.

<sup>5</sup> BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge, 1990.

<sup>6</sup> ALVAREZ, Sonia E. En qué Estado está el Feminismo? Reflexiones Teóricas y Perspectivas Comparativas. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Experiencias de Investigación desde una Perspectiva de Género” do Programa de Estudios de Género, Mujer y Desarrollo. Universidad Nacional de Colombia, Santa Fé de Bogotá, Colombia, 6-9 de Outubro de 1998.

<sup>7</sup> Op. cit, p.5.

gênero poderia acarretar – como aceitação da homossexualidade, a destruição da família (patriarcal) e a disseminação do feminismo – estava orquestrando ferrenho ataque ao conceito de gênero, “associando-o a sinistra influência estrangeira”.<sup>8</sup> Como nos relata Franco, segundo a advertência do Bispo Auxiliar de Buenos Aires, a utilização da palavra gênero “como um constructo meramente cultural separado do biológico... torna-nos companheiros de viagem do feminismo radical”.<sup>9</sup>

Onde nos situamos diante desse cenário no qual as palavras mais utilizadas para se referirem ao gênero e à categoria mulher são instabilização, descontinuidade e deslocamento? Onde e como situar o projeto político emancipatório das teorias feministas diante da manipulação e da tergiversação do conceito por instâncias do poder como o Vaticano e o Estado? Em outras palavras, enquanto feministas engajadas em lutas contra a dominação e a opressão (seja dentro dos movimentos sociais, seja em salas de aula, ensinando leituras anti-canônicas de textos canônicos), como falar da diferença (pós-estruturalista) sem indiferença à mesma? Como traduzir tais polêmicas para outros contextos?

### **Segundo Cenário**

Meu encontro com as teorias feministas e pós-modernas/pós-estruturalistas no Brasil tem data até certo ponto recente: 1992. Depois de período de aproximadamente quinze anos fora do país (período em que passei, a maior parte do tempo, nos Estados Unidos), ao retornar candidatei-me a bolsa de pesquisa de prestigiosa instituição. Durante um seminário propiciado pela instituição doadora, apresentei meu projeto de pesquisa, já aprovado, juntamente com as outras candidatas. Centrei minha discussão para o seminário no marco teórico, informando meu estudo sobre a constituição do sujeito através das narrativas de vida de mulheres do Movimento dos Sem Teto em Florianópolis. Após mapeamento sucinto mas elaborado das questões epistemológicas e metodológicas de minha pesquisa, uma das juradas na platéia perguntou-me como iria conciliar teorias pós-modernas/pós-estruturalistas com mulheres vivendo na favela. Creio que essa questão, bastante pertinente, levanta duas preocupações. Primeiro, ela exemplifica o grande paradoxo das teorias feministas ao sul da fronteira norte-americana. Por um lado, as identidades, as práticas culturais e as estéticas latino-americanas são caracterizadas como pós-modernas *avant la lettre* (ou como forma de pensarmos a identidade e a diferença material e politicamente). Por outro lado, no contexto dos feminismos latino-americanos – vistos por Nelly Richard como manifestação mais radical das teorias pós-modernas – as teorias pós-estruturalistas, até recentemente, foram mantidas a certa distância cautelosa.<sup>10</sup> Segundo, na pergunta da jurada havia a insinuação (ou seria provocação?) de que estava deslocando teorias do Primeiro Mundo para o Terceiro. Tudo isso pede uma reflexão sobre as viagens tanto da teoria como de quem delas faz uso.

<sup>8</sup> FRANCO, Jean. Defrocking the Vatican: Feminism's Secular Project. In: ALVAREZ, S. *et alii* (eds.) *Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Boulder, Westview Press, 1998.

<sup>9</sup> Op. cit, p.281.

<sup>10</sup> RICHARD, Nelly. *La Estratificación de los Margenes*. Santiago, Chile, Francisco Zegers Editor, 1989.

Nos dias atuais, tornou-se fato indiscutível que as teorias estão viajando com frequência e intensidade jamais antes imaginadas, encurtando distâncias entre localidades desiguais e desestabilizando, cada vez mais, os significados de comunidade, de lugar e de residência.<sup>11</sup> Radhakrishnan nos lembra oportunamente que, diante do desaparecimento nas paisagens pós-coloniais de rotas distintamente demarcadas, muitas vezes as viagens (das teorias) pegam caminhos errados, desvios súbitos, ou deparam-se com ardis imprevisíveis.<sup>12</sup> Por isso, a(o) teórica(o), especialmente quando escreve a partir e através de diferentes temporalidades, contextos e narrativas, deve fazer-se consciente de seu lugar – conceito este que deve ser entendido na acepção de lugar de enunciação e, segundo Chandra Mohanty, no sentido metafórico de posição dentro de uma localidade imaginada, política, cultural e psíquica.<sup>13</sup> Resta-nos, portanto, a difícil tarefa de mediar entre os vários lugares e narrativas que circundam nossos conceitos e teorias, os quais frequentemente nos chegam já sem rastros, ou como diria Gramsci, como “traços sem um inventário”.<sup>14</sup>

Donna Haraway, Teresa de Lauretis e Marta Lamas, entre muitas outras, já apontaram para as dificuldades que a palavra gênero enfrenta quando, proveniente do norte, desembarca em um contexto de línguas românicas.<sup>15</sup> Contudo, e apesar dos significados múltiplos de gênero na língua portuguesa, o conceito recebeu aqui boa guarida. Por economia de espaço, não pretendo por hora nem descrever seu percurso nem listar suas contribuições aos estudos feministas.<sup>16</sup> Outrossim, quero apontar alguns dos abusos que seus usos têm suscitado nas diversas áreas das ciências humanas e sociais. A tarefa que me coloco aqui, portanto, é a de fazer mediação entre o conceito que veio de fora e o que dele foi apropriado e traduzido para o contexto brasileiro.

Um dos principais ganhos que o conceito de gênero trouxe, quando aliado às correntes estruturalista e pós-estruturalistas, foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Claro que no contexto das práticas e lutas dos movimentos feministas e de mulheres já assistíamos a essa passagem analítica da mulher para mulheres.<sup>17</sup> A heteroglossia incipiente nesses movimentos, refratando suas diferenças internas – nos dias de hoje já completamente radicalizada – há muito havia contribuído para o

<sup>11</sup> CLIFFORD, James. *Traveling Theories, Traveling Theorists*. *Inscriptions* (5), 1989, pp.177-88.

<sup>12</sup> RADHAKRISHNAN, R. *Diasporic Mediations: Between Home and Location*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.

<sup>13</sup> MOHANTY, Chandra. Introdução. In: MOHANTY, C. et alii (eds.) *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington, Indiana University Press, 1991.

<sup>14</sup> A citação aparece em HALL, Stuart. *Reconstruction Work*. *Ten-8* (16): 2-9.

<sup>15</sup> HARAWAY, Donna. “Gender” for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word. In: HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York, Routledge; DE LAURENTIS, Teresa. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington, Indiana University Press, 1987; LAMAS, Marta. Usos, Dificuldades y Posibilidades de la Categoría “Género”. In: LAMAS, M. (ed.) *El Género: La Construcción Cultural de la Diferencia Sexual*. Ciudad de Mexico, Pueg, Unam, 1996.

<sup>16</sup> Discurso sobre isso em manuscrito – *Being Here, Writing There: Gender and the Politics of Translation in a Brazilian Landscape* – parte de um capítulo de minha tese de doutoramento – *Off-center: On the Limits of Theory and Lived Experience*. Department of Speech Communication, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1998.

<sup>17</sup> Dizer que o gênero foi o responsável pela introdução do discurso da diferença seria cair na *metalepsis*. As lutas e mobilizações sociais específicas foram o elemento causador de um novo pensar, e não vice-versa, frequente ilusão de muitos(as) teóricos(as).

questionamento de qualquer posição essencialista, principalmente no que tange a noções sobre naturezas feminina e masculina. Mais que tudo, o gênero nos permitiu teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder. Porém, alguns excessos seguiram a sua adoção indiscriminada e é sobre estes que gostaria de discorrer.

### Terceiro Cenário

Embora não tenha sido exatamente uma “influência estrangeira sinistra” (muito pelo contrário), o gênero como categoria de análise permitiu uma certa despolíticação dos estudos feministas na academia latino-americana. Visto que os termos “feminismo” e “teorias feministas” estavam associados a posturas radicais e pouco sérias em termos científicos, muitas estudiosas da área adotaram a rubrica “estudos de gênero”, mantendo assim o “rigor” e a “excelência” científicas (segundo definições positivistas) e conquistando um espaço seguro dentro do cânon acadêmico ao invés de desafiá-lo (objetivo que marcou o fazer das teorias feministas norte-americanas desde sua inserção acadêmica). Falar de gênero em vez de mulher (concebida como essência ontológica) também dava mais *status* e revelava maior sofisticação por parte da pesquisadora, a qual então saía definitivamente do gueto dos estudos da mulher.<sup>18</sup> Dessa forma, podia-se estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista. Não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de “politizar a teoria e teorizar a política”. Segundo a lúcida análise de Costa e Sardenberg, a mudança de rótulo nem sempre trouxe revisão de conteúdo. Simplesmente houve a substituição de um termo (mulher) para outro (gênero).

Assim como a simples substituição de termos, o gênero também acarretou mal-entendidos com profundas e, ao meu ver, nefastas conseqüências para o feminismo, as quais já se delineavam no início dos anos 90. Por ser um termo relacional (isto é, entendia que o feminino só existe enquanto em relação ao masculino), a ênfase no gênero colocou nas pesquisadoras um fardo maior. Para estudar a mulher, tinham também que estudar o homem. Assim sendo, quem quisesse entrevistar mulheres violentadas através, por exemplo, de narrativas de vida, teria também que coletar as narrativas dos homens violadores, senão o estudo estaria incompleto.<sup>19</sup> O gênero ficava, por assim dizer, entre o homem e a mulher, e não nas relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão. Nesse final de século, esta tendência já se consolidou na academia através da proliferação de estudos de masculinidade(s), em grande parte devido aos generosos insumos de agências do governo e outras instituições nacionais e internacionais. Embora nada tenha contra estudos de masculinidade(s), preocupa-me o fato de que muitas dessas pesquisas fogem completamente a um olhar crítico feminista. Para dar um exemplo, em seminário recente em minha universidade sobre estudos de gênero, deparei-me com um trabalho que se propunha a analisar o olhar

<sup>18</sup> Veja o trabalho de COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília. Teoria e Praxis Feminista na Academia: Os Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras. Revista *Estudos Feministas*, número especial, 1994, pp.387-400.

<sup>19</sup> Veja, por exemplo, resenha do livro de Maria Filomena Gregori, *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista* publicada na *Revista Estudos Feministas* 1.2, 1993, pp.487-9, de autoria de Danielle Ardaillon.

masculino sobre o aborto. Quando não temos sequer relatos suficientes do olhar feminino sobre o aborto, parece-me um pouco apressado abandonarmos as mulheres diante do aborto para contemplação dos homens. Isso para não dizer que todas as histórias contadas até o presente têm sido quase sempre narrativas a partir da perspectiva masculina.<sup>20</sup> Não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo o gênero virando masculinidade no final dos anos 90. Temo que tenhamos voltado ao ponto de partida.

#### **Quarto (e último) cenário**

Diante do “tráfico do gênero”, presente nos cenários acima expostos e com o intuito de enfatizar o projeto político, norteador as teorias feministas em particular e o feminismo (como movimento social) em geral, concluo minha reflexão de forma provocativa sugerindo um retorno à categoria mulher, entendida não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política (o que necessariamente implica algum tipo de essencialismo estratégico em um primeiro momento). Para isso gostaria de retomar minha discussão sobre feminismo e pós-estruturalismo introduzida acima.

Em algumas correntes feministas pós-estruturalistas, avessas a essencialismos, a binarismos e a lógicas identitárias, proibiu-se referência à categoria mulher, e qualquer tentativa de nela embasar uma política feminista era logo rotulada de “politicamente reacionária e ontologicamente equivocada”.<sup>21</sup> A estratégia, então, foi a de radicalizar a noção de diferença através de uma prática desconstrutiva negativa: a mulher passou a ser aquilo que não pode existir, uma categoria oca, uma ficção, uma identidade que não pode ser afirmada. Levada ao extremo, como já mencionei, tal exercício resultou na celebração de um feminismo sem mulheres. Linda Alcoff, diante desse cenário de g(i)nocídio feminista, pergunta:

O que podemos exigir em nome das mulheres se “mulheres” não existem e se demandas em seus nomes simplesmente reforçam o mito de que elas existem? Como podemos falar contra o sexismo... quando a categoria mulher é uma ficção? Como podemos requerer a legalização do aborto, creches, ou salários iguais para tarefas iguais sem invocar o conceito de “mulher”?<sup>22</sup>

Há duas observações a serem feitas sobre a postura feminista desconstrutivista radical e sobre as acusações contra ela levantadas por Alcoff. Primeiro, creio que muito poucas feministas pós-estruturalistas aceitariam o radicalismo de que a mulher não existe. Desafiar a coerência e a unidade da “mulher”, ou o poder explicativo desse conceito, não nos faz necessariamente cúmplices de g(i)nocídio feminista. Quando peço um retorno à noção de

<sup>20</sup> Tomo, como exemplo, a recente revisão curricular da graduação em meu departamento junto com a aprovação de nova ementa para uma disciplina de teoria da literatura, a qual foi intitulada “Introdução ao Cânon Literário Ocidental”. Todos as leituras incluídas na dita ementa são de autores (homens) europeus e brancos. Na virada do século e apesar de todos os ganhos do feminismo dentro e fora da academia, não existe sequer uma disciplina obrigatória nesse novo currículo que lide com autoras ou crítica literária feminista. Estas ficam relegadas às disciplinas optativas, geralmente consideradas pelos alunos e pelas alunas como menos importantes.

<sup>21</sup> ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. *Signs*, vol. 3, nº 13, 1988, p.407.

<sup>22</sup> Op.Cit., p.420.

mulher como categoria política (em vez do conceito de gênero transformado em masculinidade) quero simplesmente lembrar o fato de que a “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista. Dependendo do contexto conjuntural e das exigências políticas, esta categoria é usada para articular as mulheres politicamente. Contudo, ela possui diferentes temporalidades e densidades, existindo em relação a outras categorias igualmente instáveis. Aceitar, portanto, a instabilidade semântica da mulher, como diria Denise Riley, não nos leva necessariamente ao campo das identidades pós-gênero. Significa o que já é evidente para o feminismo nos tempos atuais: que a história e o significado de uma categoria deve ser entendida à luz das histórias e significados das outras categorias da identidade (classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc.).<sup>23</sup>

Segundo, para possibilitar articulações de lutas ligadas às diferentes formas de opressão em torno da mulher como categoria política, seria necessário, em um primeiro momento, segundo Chantal Mouffe, desconstruí-la para expor a sua natureza não-essencial; logo em seguida haveria a necessidade de instituir “pontos nodais ou materializações parciais que limitariam o fluxo do significado sob o significante”.<sup>24</sup> Esse segundo momento exigiria um mapeamento das práticas articulatórias contingentes e politicamente motivadas que constroem identidades e posições para seus sujeitos no campo social – isto é, que articulam experiências a significados (estruturas do sentir), a identidades sociais e a interesses políticos. No caso específico de meu argumento, tais articulações estruturariam posições de sujeito em torno da categoria mulher (entendida como efeito político dessas articulações a partir dos antagonismos e contradições sociais).<sup>25</sup>

Estes dois momentos (anti-essencialismo epistemológico e essencialismo político) configuram o paradoxo da mulher, ou seja, representam o difícil equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade (política). Assim sendo, a mulher, como Teresa de Lauretis nos lembra, é mais um projeto político que a descrição de uma realidade.<sup>26</sup> Dito de outra forma, é uma identidade politicamente assumida, a qual está invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, libidinal, etc., que ocupamos e a partir do qual lemos e interpretamos o mundo. A categoria mulher torna-se, portanto, uma posição política e o campo movediço e arriscado de ação e reflexão dos estudos feministas em contraposição ao porto seguro dos estudos de gênero (ou de masculinidades) dentro da academia.

Para concluir, quando reflito novamente sobre a pergunta que me fizeram há alguns anos acerca da utilidade das teorias pós-estruturalistas no estudo de mulheres “sem teto”, fico mais convencida ainda que o pós-estruturalismo,

<sup>23</sup> RILEY, Denise. *Am I that Name? Feminism and the Category of “Women” in History*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988.

<sup>24</sup> MOUFFE, Chantal. *Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics*. In: BUTLER, J. e SCOTT, J. (eds.) *Feminists Theorize the Political*. New York, Routledge, 1992, p.371.

<sup>25</sup> Como diz Kuan-Hsing Cheng, “the oppositions between women and men, working class and capitalists, blacks and white, of the third worlds and ‘first’ worlds, can no longer be understood as ‘ontological’ givens, but are rather articulated political effects of present social contradictions”. KUAN-HSING, C. *Post-Marxism: Between/Beyond Critical Postmodernism*. In: MORLEY, D. e KUAN-HSING, C. (eds.) *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. New York, Routledge, 1996, p.314.

<sup>26</sup> DE LAURENTIS, Teresa. *The Essence of the Triangle or, Taking the Risk of Essentialism Seriously: Feminist Theory in Italy, the U.S. and Britain*. *Differences* 1.1, 1989, pp.3-37.

## O tráfico do gênero

quando aliado às teorias e práticas políticas feministas, transforma-se em poderoso instrumento não somente para o estudo das maneiras pelas quais sujeitos constroem e subvertem identificações, mas também para orientar-nos, nesses estudos, em direção a politização das teorias usadas e teorização das práticas analisadas e interpretadas sempre a partir do lugar específico da mulher.